

Policies on Teacher Education

Questions and Reflections on Distance Education and Brazilian Open University

Políticas de Formação de Professores

Questões e Reflexões sobre a Educação a Distância e a Universidade Aberta do Brasil

Camila Costa de Oliveira Teixeira Álvares

Universidade Estadual de Goiás (UEG) e Instituto Federal
de Goiás (IFG)
Goiânia, Brasil
camilacosta2010@gmail.com

Veralúcia Pinheiro

Universidade Estadual de Goiás (UEG) e Universidade
Federal de Uberlândia/MG.
Goiânia, Brasil
pinheirovp@yahoo.com.br

Abstract — The present article discusses and analyzes Brazilian educational politics of Education at a Distance (EaD) in teacher training, having as outline the Open University of Brazil Program (UAB). EaD, through UAB Program, congregates the educational politics adopted for the expansion and democratization of the access to higher education. There is an idea of valuation and salvationism of EaD, while instrument of expansion and universalisation of higher education, especially in teacher training. However, it becomes necessary to argue such politics from a critical perspective.

Keywords - Teacher Education; Distance Education; Higher Education; Brazilian Open University.

Resumo — O presente artigo discute e analisa as políticas educacionais brasileiras de Educação a Distância (EaD) na formação de professores, tendo como recorte o Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB). A EaD, por meio do Programa UAB, congrega as políticas educacionais adotadas para a expansão e democratização do acesso à educação superior. Existe uma ideia de valorização e de salvacionismo da EaD, enquanto instrumento de expansão e universalização do ensino superior, especialmente na formação de professores. No entanto, faz-se necessário discutir tais políticas a partir de uma perspectiva crítica.

Palavras Chave - Formação de Professores; Educação a Distância; Educação Superior; Universidade Aberta do Brasil.

I. INTRODUÇÃO

A pesquisa que ora desenvolvemos diz respeito ao projeto de Educação a Distância (EaD) no Brasil e se justifica tendo em vista que esta é uma das modalidades atuais de política educacional que vem recebendo incentivos importantes do Estado e, desse modo, ganhando a adesão das instituições de ensino superior. Nesse estudo, restringiremos nossa análise ao curso de História da Universidade Aberta do Brasil (UAB) executado pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). O Programa UAB se constitui em uma política voltada à formação de professores, criado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o Fórum das Estatais em 2005. Ao final da pesquisa apresentaremos os dados construídos a partir da

utilização da etnografia virtual, entrevistas *online* com professores e alunos além da consulta aos documentos oficiais do curso (Projeto Político Pedagógico, Documento orientador do estágio supervisionado etc.). Para análise dos dados utilizaremos o materialismo histórico dialético, buscando apreender a historicidade da educação a distância, as contradições e a dinâmica da realidade em que se desenvolvem as políticas educacionais no Brasil, em uma perspectiva qualitativa, não prescindindo, no entanto, de dados quantitativos.

No contexto dos debates ora desenvolvidos sobre a EaD, refletimos as potencialidades e os limites da formação de professores a distância em uma época marcada tanto pelo acelerado crescimento do uso das tecnologias da informação e comunicação no campo da educação quanto pela implantação das políticas neoliberais. Para tanto, dialogamos com autores de diferentes perspectivas teóricas, os quais têm em comum o esforço em buscar compreender a complexidade da política de formação de professores no bojo das contradições desta sociedade.

II. A EDUCAÇÃO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional [1] estabeleceu em seu art.80 a emancipação da educação a distância (EaD) e assegurou seu campo de atuação em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada. A partir da tecnologia digital, especialmente com a rede mundial de computadores (internet) a EaD ganhou impulso na educação superior. Porém, segundo Kenski [2], nessa modalidade de educação, ao invés de educadores, são os técnicos de informática que produzem os programas. Além disso, sua legitimidade é produzida por discursos afirmados e repetidos em todos os meios de comunicação, constituindo dessa forma, um novo setor da indústria cultural que se destaca pelo deslumbramento com as chamadas novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC) e deixa de lado qualquer discussão sobre a relação entre o não acesso a educação e a questão das desigualdades sociais e conseqüentemente a necessidade de investimentos sociais, um dos pressupostos da educação a distância.

Portanto, como nos mostrou Viana [3] é importante analisar que sem o desenvolvimento tecnológico a EaD não se realizaria, porém, não é apenas a tecnologia que propicia a EaD, a política neoliberal que tem por base a redução dos custos e a maximização dos lucros, constitui um dos motivos para sua importância no atual contexto das políticas educacionais.

A ênfase na lógica do mercado inerente ao modelo de estado neoliberal transfere para o mercado e para o indivíduo a responsabilidade pela educação, cuja ótica utilitarista, segundo Macpherson [4], concebe a democracia como simples mecanismo de mercado, onde os votantes são os consumidores e os políticos, os empresários. Segundo o autor, o criador desse modelo de sociedade foi justamente o economista Joseph Schumpeter, que dedicou sua vida profissional a elaboração de modelos de mercado.

Essa concepção se reflete nas propostas educacionais dos governos neoliberais e, nesse sentido, tanto faz, presencial quanto a distância, nelas, ocorre uma redução do sentido da educação e da escola. Como nos mostrou Coêlho e Guimarães [5] prevalece a lógica da quantidade, dos produtos, dos resultados, da produtividade. Em nome da qualidade da educação, tais políticas se desenvolvem tendo por meta os números e percentuais de acesso à rede escolar; observando os índices de aprovação em etapas ou áreas de inclusão social e de inclusão digital. A melhoria da escola fica condicionada ao cumprimento de metas para aquisição de computadores e tablets e outras tecnologias disponíveis, disseminando a ilusão que elas nos conduzirão a educação de qualidade.

O papel da educação superior na sociedade neoliberal é refletida criticamente por Coêlho [6] o qual afirma que nos últimos 40 anos, a universidade tem-se limitado ao papel de profissionalizar os alunos e prepara-los para o mercado de trabalho, o mundo da produção e do consumo. Ela tem-se preocupado, principalmente em formar funcionários para o Estado. Dessa forma, ela abandona seu caráter de instituição acadêmica e se torna uma organização responsável apenas por transmitir saberes instituídos, tal como um supermercado que vende ‘conhecimentos’, que oferece aos alunos saberes reduzidos a informações de forma banalizada, repetitiva e estereotipada.

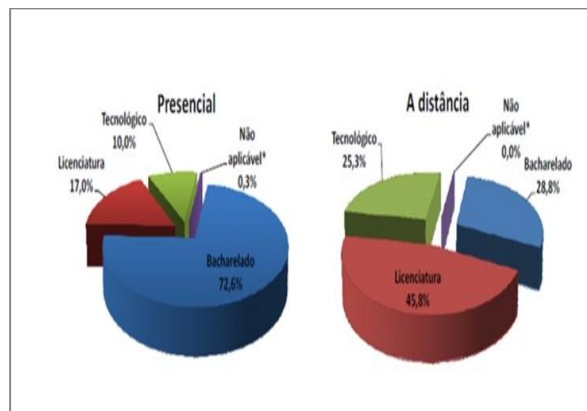
A política de expansão para a formação de professores, cujo discurso sobre a democratização do acesso à educação superior por meio da modalidade a distância deve ser avaliada a partir de uma perspectiva crítica da educação. Segundo Barreto [7] a EaD é considerada pela LDB [1] como um instrumento relevante na formação e capacitação de professores em serviço. Todavia, a autora aponta que:

“O foco não poderia ser mais específico e a perspectiva mais instrumental: a EaD subsume a TIC e ela mesma é reduzida de modalidade a instrumento para uma finalidade (formar professores a distância, com certificação ou diploma) [7].”

Consideramos que as políticas de EaD cumprem o papel de ampliar o acesso à educação superior, em especial, a formação de professores da educação básica que estão em exercício sem diplomas, como podemos notar na Fig.1. No entanto, para

validar o objetivo dessa política ressaltamos a necessidade de ir além dos dados quantitativos e do foco no mercado de trabalho. A formação de professores não pode permanecer atrelada aos interesses mercantis, a autonomia é fundamental para o processo de construção do conhecimento. Pois, a lógica neoliberal, pressupõe uma formação aligeirada que empobrece a educação superior e a formação de professores.

Número de Matrículas por Modalidade de Ensino e Grau Acadêmico – Brasil- 2010



* A categoria “Não aplicável” corresponde a área básica do curso.

Figura 1. Fonte: Ministério da Educação e Cultura / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

O que fomenta o mercado capitalista é a busca pela eficiência, a produtividade, lucro rápido e seguro, a lógica da acumulação de capital. Por isso a EaD surge e apropria-se como a grande invenção educacional capaz de atender essas exigências, pois, aparentemente infere-se que nessa modalidade tudo acontece de forma prática, rápida, fácil, confortável. A realidade dos problemas da EaD é mascarada e tem-se a ilusão que ela é boa para todos.

Isso não significa pensar a educação superior e EaD apenas sobre esse olhar. Ao contrário dessa visão salvacionista e aligeirada, o importante é perceber as suas potencialidades intrínsecas, e procurar desenvolver suas possibilidades emancipatórias ao invés das reprodutoras da sociedade capitalista.

III. O PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB

O objetivo oficial da UAB é organizar um Sistema Nacional Público de Formação Superior de Professores, na modalidade de EaD, o qual exige a participação articulada dos governos federal, municipal, estadual e das universidades públicas. Lembramos ainda que os discursos governamentais sobre a UAB a partir de seu lançamento em 2005 ressaltaram seu caráter pioneiro e inovador no campo da formação de professores e a justificaram em função da necessidade de modernizar e qualificar a formação de professores da educação básica.

O Plano Nacional de Educação [8] apresenta dez diretrizes e vinte metas, seguidas das estratégias específicas de concretização. Tanto as metas como as estratégias permeiam



iniciativas para todos os níveis, modalidades e etapas educacionais. O texto prevê formas para que a sociedade possa acompanhar cada uma das propostas. Este Plano prioriza a meta (12), a qual diz respeito a expansão do ensino superior público e a garantia de qualidade, tendo em vista a possibilidade de

“Elevar a taxa de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta, é importante e, se efetivada, alterará a lógica da educação superior, saindo de um sistema de elite para um sistema de massa [8]”.

Em consequência, Toschi [9] apresenta dados do PNE, sobre a educação superior no Brasil, os quais demonstram que, 26,4% das matrículas serão públicas, sendo metade presencial ao custo de R\$ 15,5 mil e a outra metade em cursos a distância, a um quinto do custo presencial, ou seja, R\$ 3,09 mil. Esses dados evidenciam que a EaD será referência nas políticas voltadas para o ensino superior nos próximos seis anos. Ela se adequa perfeitamente ao propósito de reduzir custos, daí a ênfase nessa modalidade de ensino, ela garante a expansão e a interiorização da educação superior pública e no âmbito do discurso promoverá a inclusão social.

O Censo Escolar [12] aponta que houve um aumento de professores graduados nas diversas licenciaturas e a UAB foi essencial para esse crescimento. Em 2007 havia 30% de professores não diplomados, sendo que no Censo Escolar [12] houve uma redução para 25%. Segundo Dourado [10], os indicadores nos mostram o crescimento dos cursos e IES credenciadas, ressaltando que tal expansão ocorreu principalmente nas universidades públicas, fruto da criação da UAB. Para o autor, esse fato é bastante positivo, pois propiciou a ampliação das oportunidades educativas.

A EaD e a UAB se fortalecem como política educacional a partir da análise de Dourado [10] que defende as concepções dos relatores do Ministério da Educação (MEC) as quais destacam a EaD como modalidade de ensino eficaz para solução dos problemas educacionais vividos pelo Brasil. Contextualizando essa condição, relatores do MEC, argumentam que “os meios tradicionais por si só são incapazes de solucionar os problemas críticos da educação brasileira” e a tecnologia educacional “é uma ferramenta com as condições ideais para disseminar o aprendizado em um país de dimensões continentais [8].”

Destacamos que um dos argumentos pela implantação das políticas e programas na modalidade a distância é a democratização das oportunidades educacionais, em um país de dimensões territoriais extensas como o Brasil. Outro argumento muito utilizado que justifica a expansão do ensino superior e, em especial, a oferta dos cursos de licenciaturas por meio da EaD é a possibilidade de oferecer formação superior em lugares aonde à educação presencial não chega. Institui o inciso V do artigo 1º do Decreto 5800 “Reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País.” [11].

Dourado [10] apresenta dados do INEP [12] que confirmam o processo de crescimento acelerado na EaD no ensino

superior, especialmente nos cursos de licenciaturas. O resultado mostra que 381.214 são professores da educação básica num total de 6.677.611 alunos matriculados em cursos de graduação, o que representa 5,7% das matrículas. O interessante é que do total de professores matriculados no ensino superior 174.604 fazem na modalidade EaD e 206.610 fazem cursos presenciais, ou seja, 45,8% na EaD.

No entanto, os próprios dados do INEP [12] apontam maior concentração da oferta da EaD nas regiões mais desenvolvidas do país. Os dados mostram que as regiões Sul (21,6%) e a Sudeste (43,7%) detêm 65,3% das instituições credenciadas para a oferta de cursos em EaD (145) e 51,4% dos Pólos de Apoio Presencial. Na comparação da região Sudeste com as demais a situação fica mais divergente, pois esta possui mais que o dobro (97) de IES credenciadas em relação ao Nordeste (42) e quase seis vezes mais do que as regiões Norte (17) e Centro-Oeste (18). Desse modo, o argumento, segundo o qual a importância da EaD é oferecer formação de professores nas regiões menos desenvolvidas do país não se concretizou.

TABELA I INGRESSOS TOTA, MATRÍCULAS E CONCLUINTES NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA - 2009

| <i>Brasil e Regiões</i> | <i>Ingresso Total</i> | <i>Matrículas</i> | <i>Concluintes</i> |
|-------------------------|-----------------------|-------------------|--------------------|
| Brasil | 332.469 | 838.125 | 132.269 |
| Norte | 26.880 | 82.972 | 11.484 |
| Nordeste | 75.238 | 171.230 | 22.897 |
| Sudeste | 130.521 | 303.831 | 41.506 |
| Sul | 62.550 | 191.309 | 44.011 |
| Centro-Oeste | 36.166 | 87.252 | 12.289 |
| Exterior | 1.114 | 1.531 | 82 |

Fonte: Ministério da Educação e Cultura / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Outro ponto de análise parte de dados do INEP, os quais mostram a predominância da EaD nas instituições de ensino superior do setor privado em detrimento do setor público. Os dados revelam que das 838.125 matrículas nos cursos de EaD superior, em 2009, apenas 172.696 (20,6%) estavam nas IES públicas, com 665 (79,4%), nas IES privadas. Nessa perspectiva a EaD não garante a democratização do ensino superior no Brasil.

IV. CONCLUSÕES

O desenvolvimento das chamadas “novas tecnologias”, incluindo a Internet, possibilitou outras formas de Educação à Distância. Além disso, como refletimos no corpo deste texto, por trás do discurso que ressalta a necessidade de interiorizar e democratizar a formação de professores encontra-se também os interesses da política neoliberal que visa diminuir os gastos com as políticas educacionais e vê na EaD uma possibilidade de diminuir custos.

Ao analisar os dados referentes à expansão do ensino superior no Brasil não é possível rejeitar o Programa UAB. Por outro lado, também não podemos adotar uma perspectiva



acrítica, posto que o papel da universidade não é garantir a certificação de indivíduos aptos a exercerem atividades docentes. Para além disso, o papel da universidade é formar licenciados capazes de pensar o mundo com autonomia. Os pesquisadores da UAB precisam analisar criticamente os objetivos e as práticas desse Programa.

Os índices significativos de crescimento da educação superior, especialmente o crescente número de professores diplomados pela modalidade a distância por meio do Programa UAB, reforçam o ideário de valorização dessa política educacional concebida como solução para os graves problemas da educação superior no Brasil, especialmente em relação às licenciaturas, voltadas para a formação de professores da educação básica.

Porém, as concepções que subjazem a EaD e a UAB fazem parte das atuais estratégias do Estado brasileiro para enfrentar os desafios em relação a educação. São políticas com caráter salvacionista para formar professores e cumprir as metas da educação superior propostas no PNE [8] cujo objetivo principal é atender a demanda do mercado com baixo custo e de forma aligeirada para o mercado de trabalho. Isso nos faz lembrar as reflexões de Coêlho [6] segundo as quais, a finalidade prioritária da formação do licenciado não deve ser a profissionalização e o adestramento para o mercado de trabalho, mas sim formar o homem, no sentido grego de *ánthropos*, de ser humano.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás – FAPEG.

REFERÊNCIAS

- [1] Brasil/MEC. (1996, Dez.). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*.
- [2] V. M. Kenski., *Tecnologias e Ensino Presencial e a Distância*, vol. 2. São Paulo: Ed. Papirus, 2003.
- [3] N. Viana. (2004, Out..). Sala de Aula Virtual e Relações de Poder. *Revista Espaço Acadêmico*. N.44, Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/041/41pc_viana.htm.
- [4] C. B. Macpherson, *A Democracia liberal: origens e evolução*, Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1978.
- [5] I. M. Coêlho e G. Guimarães, Educação, escola e formação. *Inter-Ação*, v. 37, n. 2, p. 323-339, Jul/Dez.2012.
- [6] I. M. Coêlho, “Universidade e Formação de Professores”. In: *Formar para o mercado ou para a autonomia?: O papel da universidade*. Campinas, SP: Ed. Papirus, 2006.
- [7] R. G. Barreto, *Tecnologias educacionais e educação a distância: avaliando políticas e práticas*. Rio de Janeiro: Ed. Quartet, 2001.
- [8] Brasil/MEC. (2013, Jun.). *O PNE 2011- 2020: Metas e Estratégias*. Disponível em: http://fne.mec.gov.br/images/pdf/notas_tecnicas_pne_2011_2020.pdf.
- [9] M. S. Toschi, *Docência nos ambientes virtuais de aprendizagem: múltiplas visões*. Anápolis: Ed. Universidade Estadual de Goiás, 2013.
- [10] L. F. Dourado, *Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas*, vol. 2. Goiânia: Ed. Autêntica, 2011.
- [11] Brasil/MEC. (2006, Jun.) *Decreto nº 5.800*.
- [12] Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2011, Mar.). *Censo da Educação Superior – 2010*. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>.

